



Câmara Municipal de Fortaleza
Comissão Conjunta: Meio Ambiente e Direitos Humanos

Ata da Reunião da Comissão Conjunta
Comissão de Meio Ambiente e Comissão de Direitos Humanos

Aos 20 dias do mês de novembro de 2018, às 8h30min, no auditório da Câmara Municipal de Fortaleza, foi realizada reunião da Comissão Conjunta de Meio Ambiente e de Direitos Humanos, para tratar das demandas de moradia das famílias das Comunidades Mirassol, no bairro Parque Dois Irmãos, Deus é Fiel e Nova Cajazeiras, no bairro Cajazeiras. Estiveram presentes os(as) vereadores(as) Acrísio Sena (PT), Presidente da Comissão de Meio Ambiente e da Comissão Conjunta, Larissa Gaspar (PPL), Presidenta da Comissão de Direitos Humanos e membra da Comissão Conjunta, Benigno Júnior (PSD), Vice-Presidente da Comissão de Meio Ambiente e membro da Comissão Conjunta, Emanuel Acrísio (PRP), Evaldo Costa (PRB) e Josenias Gomes (PC do B), membros da Comissão Conjunta, o Sr. Marcos Stênio Figueiredo, Coordenador das Comissões e assessores parlamentares. A reunião aconteceu no auditório, devido ao grande número de pessoas, tendo a mesa sido composta pelos(as) vereadores(as) e os(as) representantes dos órgãos convidados: Ana Lúcia Porto, Secretária Municipal de Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza - HABITAFOR; Elaine Andrade, Secretária das Cidades do Governo do Estado do Ceará; Ronivaldo Maia, Companhia de Habitação do Estado do Ceará – COHAB; José Neuvani, Agência de Fiscalização de Fortaleza - AGEFIS; Cícero Cavalcante, Gabinete do Governador/ Assessoria Especial de Acolhimento dos Movimentos Sociais, Mairlon Moreira, Secretária Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente – SEUMA; José Lino Fonteles, Defensoria Pública do Estado do Ceará - Núcleo de Habitação e Moradia (NUHAM); Alice Santiago, Secretária Regional VI, Nadja Furtado Bortolotti, Escritório de Direitos Humanos e Assessoria Jurídica popular Dom Aloísio Lorscheider - EDAL. Além dos representantes dos órgãos, também compuseram a mesa a Sra. Cícera Silva, representando a Associação dos Moradores e Amigos do Riacho Doce e Adjacências – AMA DOCE e as Comunidades Mirassol, Deus é Fiel e Nova Cajazeiras e o Sr. Valderir da Silva Almeida, representando a Comunidade Arco-Íris. O Presidente da Comissão Conjunta, Vereador Acrísio Sena, iniciou a reunião fazendo um breve histórico do acompanhamento das demandas das supracitadas comunidades, informando que a Comissão de Direitos Humanos já realizou algumas reuniões buscando dialogar com a gestão municipal no sentido de efetivar o direito à moradia dessas famílias. Na última reunião na HABITAFOR, no dia 05 de novembro, foi sugerida a convocação dessa reunião ampliada com a presença dos diversos órgãos



Câmara Municipal de Fortaleza

Comissão Conjunta: Meio Ambiente e Direitos Humanos

municipais e estaduais responsáveis por essa pauta, pretendendo uma atuação conjunta para solucionar a problemática em questão. Nesse sentido, foi passada a palavra, primeiramente, para os órgãos presentes, solicitando uma resposta para a demanda em tela. O representante da AGEFIS, José Neuvani, mencionou o papel do órgão, que hoje é responsável pela fiscalização no âmbito do Município de Fortaleza, devendo responder às demandas que lhes chegam, razão pela qual executam as desocupações quando do recebimento de uma ordem, a partir de um processo administrativo. A representante da HABITAFOR, Sra. Ana Lúcia, informou que no momento não contam com unidades habitacionais disponíveis, que necessitam de um retrato fiel das famílias que se encontram nessas áreas e da lista de todas as pessoas cadastradas no programa “Minha Casa Minha Vida”, no sentido de conferir se alguma foi contemplada no sorteio. O representante da SEUMA, Mairlon Moreira, esclareceu que o órgão não é mais responsável pela fiscalização, apenas pelo zoneamento e licenciamento, relatando, ainda, que já receberam denúncias referentes às referidas ocupações por estarem em área verde. A Sra. Alice Santiago, que representou a Secretaria Regional VI, colocou-se a disposição para contribuir com as famílias, ressaltando que já vem acompanhando suas demandas, explicitando que as pessoas que já foram beneficiadas anteriormente em programa habitacional não podem receber novamente. O Sr. Cícero Cavalcante, do Gabinete do Governador, informou que já estava em diálogo com a Sra. Cícera Silva, da AMA DOCE e representante das comunidades, sobre as referidas demandas, que está sensível à situação das famílias e que pode mediar junto ao Governo do Estado o pleito por moradia, outrossim, observou que recebe muitos movimentos sociais e entidades que trazem informações de que o governo possui habitações disponíveis, tendo feito uma provocação à Secretaria das Cidades para esclarecer esse ponto. A Sr. Elaine Andrade representou a Secretaria das Cidades, tendo informado que no momento não há nenhum empreendimento disponível, que na verdade existe um excedente, não sendo possível atender todas as demandas recebidas pelo Governo do Estado; esclareceu, também, que as demandas fechadas que conseguem atender contam com a parceria da Prefeitura Municipal, que assume cerca de metade do empreendimento; ademais, colocou-se à disposição para seguir dialogando, apesar das limitações enfrentadas hoje. A advogada, Nadja Bortolotti, do EDAL, informou que tem recebido muitas demandas de moradia, já acompanhando as famílias supra mencionadas, tendo realizado atendimentos no escritório, além de participar das reuniões e solicitar a inserção em programas habitacionais, bem como, a regularização fundiária; ademais, tem atuado nas desocupações



Câmara Municipal de Fortaleza
Comissão Conjunta: Meio Ambiente e Direitos Humanos

executadas pela AGEFIS, intervindo no sentido de resguardar a integridade física e psicológica dos moradores, contribuindo também com as defesas das notificações recebidas pelas famílias; ressaltou que já oficiou várias vezes a AGEFIS para saber a fundamentação das decisões de remoção, não conseguindo qualquer resposta. Em seguida, o Presidente reforçou a necessidade de haver um encaminhamento concreto, provocando os órgãos a darem alguma posição quanto à questão, sugeriu que não sendo possível garantir na ocasião uma alternativa que contemple o direito à moradia dessas pessoas, que fosse firmado o compromisso de não haver remoção naquelas comunidades até ser apresentada uma proposta para estas. A reunião prosseguiu com a manifestação do Dr. Lino Fonteles, Defensor Público do NUHAM, que informou que a Defensoria já ingressou com ações judiciais para garantir o direito à moradia dessas famílias, que houve um acordo parcial de que a Prefeitura não iria retirá-las e, por sua vez, as comunidades se comprometiam em não aumentar o número de moradores; enfatizou que o órgão acompanha várias ações e que a demanda tem crescido muito, sendo necessária a priorização da pauta da moradia pela gestão municipal, devendo esta cumprir a Resolução nº 10 do Conselho Nacional de Direitos Humanos, que traz como diretriz que as desocupações só podem ser realizadas por meio de ação judicial, sendo dever do Estado oferecer uma alternativa, especialmente, a possibilidade de regularização fundiária, já que não há como atender toda essa demanda apenas com a entrega de habitações, devido à demora e o alto custo das construções. A Vereadora Larissa Gaspar ressaltou que não se pode deixar as famílias em condições piores do que estão e, no caso do governo municipal e estadual não realizarem o reassentamento das famílias, dando-lhes condições dignas de moradia, devem se abster de executar as desocupações, que só agravam a situação de vulnerabilidade dessas pessoas, inclusive de crianças, idosos e pessoas com deficiência; outrossim, apontou como solução para essa questão a inclusão das famílias em programa habitacional, regularização fundiária ou uso de prédios ociosos do município, estado ou união. A Sra. Cícera Silva falou como representante das comunidades presentes, tendo enfatizado que estão cansados, que já participaram de muitas reuniões e que necessitam de uma resposta, que as famílias já sofreram várias desocupações, que são 221 famílias no total, sendo 58 da Comunidade Mirassol, 33 da Nova Cajazeiras e 130 da Deus é Fiel, que habitam em áreas de risco, que a comunidade Deus é Fiel fica justamente na divisa de duas facções rivais, tendo ocorrido 10 mortes por conta dos conflitos; ademais, lamentou a ausência do Secretário Executivo da HABITAFOR nesse momento, pois este que estava acompanhando essas demandas, também mencionou que o Movimento Terra Nossa



Câmara Municipal de Fortaleza

Comissão Conjunta: Meio Ambiente e Direitos Humanos

sempre buscou o diálogo e apoiou os atuais governos, mas que estão firmes na luta por moradia e irão permanecer na resistência. O Sr. Valdery representou a Comunidade Arco-Íris, localizada no Itaperi, aproveitando a presença dos diversos órgãos para solicitar a regularização fundiária dessa comunidade que já está há 10 anos no local, encontrando-se em situação bastante precária, sem acesso à alguns serviços básicos. O Vereador Acrísio Sena voltou a cobrar um posicionamento concreto da gestão municipal e estadual para constar na ata desta reunião, ponderando que se não for oferecida uma solução imediata para essas famílias, que possam assumir o compromisso de não realizarem as desocupações, garantindo a permanência das famílias nas áreas ocupadas, até que haja uma alternativa para estas. Ao final da reunião, foram propostos os seguintes encaminhamentos: oficiar o Gabinete do Prefeito, a AGEFIS e a Promotoria do Meio Ambiente, dando ciência de que existem ações judiciais referentes às Comunidades Mirassol e Nova Cajazeiras, para solicitar que estes passem a se manifestar no processo judicial, abstendo-se de realizar desocupações por processos administrativos, destacando o posicionamento dessa reunião e a necessidade de respeitar a Resolução nº 10 do Conselho Nacional de Direitos Humanos, referendada pelos tratados internacionais; oficiar a Secretaria das Cidades e HABITAFOR para que estes questionem a Caixa Econômica sobre os possíveis imóveis ociosos; reforçar o pedido de regularização fundiária da Comunidade Arco-Íris junto à HABITAFOR. Também foi socializado pelo representante da COHAB, Ronivaldo Maia, que existe uma minuta de projeto de lei no sentido de facilitar o procedimento da regularização fundiária e que este deve chegar na Câmara Municipal por mensagem do Prefeito Roberto Cláudio no início do ano, sendo importante acompanhar e cobrar essa proposição. Nada mais havendo para tratar, a Presidenta da Comissão encerrou o trabalhos.

Fortaleza, _____ de _____ de 2018.

Vereadores(as) Presentes:

Acrísio Sena (PT) - Presidente

Larissa Gaspar (PPL)

Benigno Júnior (PSD)

Emanuel Acrísio (PRP)

Evaldo Costa (PRB)

Josenias Gomes (PC do B)